

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

18 DE JUNHO DE 2012

ÀS 10 HORAS

MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

TARPON INVESTIMENTOS S.A

Companhia aberta: CVM 21.717

CNPJ: 05.341.549/0001-63

Rua Iguatemi, n.º 151, 23º andar

São Paulo, SP

Prezado Acionista,

Este Manual foi elaborado pela administração da Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia”), com o objetivo prestar esclarecimentos e orientações aos seus acionistas, para que participem da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 18 de junho de 2012, às 10h (“Assembleia”), na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 151, 23º andar.

Contamos com a participação ativa e a colaboração dos nossos acionistas.

São Paulo, 31 de maio de 2012.

ÍNDICE DO MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Edital de Convocação	Páginas 4 e 5
Anexo I – Cópia marcada do estatuto social e relatório de justificativas	Páginas 6 a 49
Anexo II – Alterações Propostas ao Plano	Páginas 50 a 61

TARPON INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ/MF 05.341.549/0001-63
NIRE 35.300.314.611

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

São convocados os titulares de ações ordinárias de emissão da Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia”), negociadas no segmento especial do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 18 de junho de 2012, às 10h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Iguatemi, n.º 151, 23º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) exclusão do parágrafo 1º, do Artigo 66, do Estatuto Social da Companhia, de modo a adaptá-lo à nova redação do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, o qual entrou em vigor em 26/10/2011;
- (ii) alteração dos seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia, em atenção às sugestões recebidas da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros: 1º, 14, 15, 24, 63, 64;
- (iii) alteração das seguintes alíneas do Artigo 28, do Estatuto Social da Companhia, de modo a prever a atribuição do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as respectivas matérias em subsidiárias da Companhia, em razão da aprovação de reorganização societária interna da Companhia, conforme deliberação tomada em reunião do conselho de administração realizada em 31 de maio de 2012 (“Reorganização”): “m”, “n”, “o”, “p”, “r” e “cc”.
- (iv) alteração do Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão da Companhia (“Plano”), de modo a adaptá-lo à Reorganização, conforme item (iii) acima;

Nos termos do artigo 11 da Instrução CVM 481, a Companhia informa que a cópia do seu estatuto social, contendo, em destaque, as alterações propostas e o relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas ao estatuto social da Companhia, está disponível nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.tarponinvest.com.br), bem como versão marcada das alterações propostas ao Plano.

Informações gerais aos acionistas:

Nos termos do artigo 14 do estatuto social da Companhia, para que possa participar da Assembleia geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá entregar na sede da Companhia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da Assembleia geral, os seguintes documentos:

- (i) comprovante expedido, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, até 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral;
- (ii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei; e
- (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.

José Carlos Reis de Magalhães Neto
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL CONTENDO, EM DESTAQUE, AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS E ORIGEM E JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

Alteração	Justificativa
<p>Artigo 1º. A Tarpon Investimentos S.A. (“<u>Companhia</u>”) é uma sociedade por ações que se rege por este Estatuto Social, pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, (“<u>Lei das S.A.</u>”) e pela legislação complementar, bem como pela regulamentação aplicável. Enquanto a Companhia estiver registrada no segmento especial de negociação de valores mobiliários da <u>BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros</u> designado Novo Mercado (“<u>BM&FBOVESPA</u>” e “<u>Novo Mercado</u>”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).</p> <p>Parágrafo Único. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.</p>	<p>Adaptação da razão social da BM&FBOVESPA.</p>
<p>Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi n.º 151, 23º andar, CEP: 01451-011, São Paulo, SP.</p> <p>Parágrafo Único. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do território nacional e no exterior.</p>	

<p>Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) atuar como administradora de carteira e gestora de recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimentos, no Brasil e no exterior; (b) adquirir, alienar, negociar com títulos e valores mobiliários de companhias abertas e fechadas, na bolsa de valores ou fora dela, no Brasil e no exterior; (c) exercer qualquer atividade afim ou correlata; e (d) participar do capital de outras sociedades e fundos, carteiras e outros veículos de investimento. 	
<p>Artigo 4º. A Companhia tem prazo indeterminado de duração.</p>	
<p>Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 6.116.274,26 (seis milhões, cento e dezesseis mil, duzentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 48.193.455 (quarenta e oito milhões, cento e noventa e três mil, quatrocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.</p> <p>Parágrafo Único. O capital social é dividido exclusivamente em ações ordinárias, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou de partes beneficiárias.</p>	
<p>Artigo 6º. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome dos respectivos titulares em instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).</p> <p>Parágrafo Único. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações custodiadas, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a</p>	

<p>ser definido no contrato de escrituração de ações.</p>	
<p>Artigo 7º. A cada ação ordinária corresponde o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral ou Especial.</p>	
<p>Artigo 8º. O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).</p> <p>Parágrafo Primeiro. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas nos termos do <i>caput</i> deste artigo 8º, bem como o prazo e as condições de integralização.</p> <p>Parágrafo Segundo. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar acerca da emissão de bônus de subscrição.</p> <p>Parágrafo Terceiro. A integralização de ações em bens dependerá da aprovação do respectivo laudo de avaliação pela Assembleia Geral, na forma da lei.</p>	
<p>Artigo 9º. A critério do Conselho de Administração, a emissão de novas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das S.A., ou, ainda, nos termos de lei especial acerca de incentivos fiscais, poderá se dar sem que seja concedido aos acionistas direito de preferência na subscrição de novas ações ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o exercício desse direito de preferência.</p>	

<p>Artigo 10. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem, desde que convocada nos termos da Lei das S.A. ou deste Estatuto Social.</p>	
<p>Artigo 11. Sem prejuízo das demais competências fixadas em lei e neste Estatuto Social, competirá privativamente à Assembleia Geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia; (b) reformar este Estatuto Social; (c) atribuir bonificações em ações e decidir acerca de eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, acerca da destinação do lucro do exercício e da distribuição de dividendos; (e) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (f) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado; (g) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (h) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observando quanto à remuneração do Conselho Fiscal o quanto disposto no § 3º do artigo 162 da Lei 	

<p>das S.A.;</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) aprovar planos de outorga de opções de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas que lhes prestem serviços; (j) aprovar a atribuição de participação nos lucros aos Administradores, observados os limites legais, e aos empregados, considerando a política de recursos humanos da Companhia, e considerando as recomendações não vinculantes do Comitê de Remuneração da Companhia; (k) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (l) deliberar acerca da saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (m) escolher, dentre aquelas indicadas pelo Conselho de Administração, a instituição ou empresa especializada que ficará responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia e preparação do respectivo laudo, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, conforme previsto na Seção II, do Capítulo X deste Estatuto Social; (n) deliberar acerca da incorporação da Companhia, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, bem como deliberar acerca da fusão, cisão, transformação ou dissolução da Companhia; (o) suspender o exercício de direitos de acionista, nos termos do artigo 120 da Lei das S.A.; (p) deliberar acerca de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial; 	
--	--

<ul style="list-style-type: none"> (q) deliberar a respeito de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; (r) alterar as atribuições do Conselho de Administração da Companhia; (s) alterar as vantagens ou direitos relativos às ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (t) alterar a política de dividendos; (u) aprovar a participação em grupo de sociedades; (v) reduzir o dividendo obrigatório; (w) alterar o objeto social da Companhia; e (x) deliberar a cessação do estado de liquidação da Companhia. 	
<p>Artigo 12. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, nas hipóteses previstas na Lei das S.A, ou, ainda, nas demais hipóteses previstas neste Estatuto Social, devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência e a segunda convocação, se necessária, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.</p>	
<p>Artigo 13. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas em Assembleia Geral deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização por prazo maior.</p>	

Artigo 14. Para que possa participar da Assembleia Geral, votando nas matérias a serem deliberadas, o acionista deverá ~~apresentar à entregar na sede da~~ Companhia, ~~até o momento da abertura dos trabalhos da assembleia, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da realização da respectiva Assembleia Geral,~~ os seguintes documentos:

- (a) comprovante expedido, na forma do artigo 126 da Lei das S.A., pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, até 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral;
- (b) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto Social; e
- (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia ou outro órgão competente, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.

~~**Parágrafo Primeiro.** Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos no § acima, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá los previamente.~~

Alteração de modo a prever que o acionista que comparecer à assembleia munido dos documentos exigidos pode participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente, em linha com a IN CVM 481/09, artigo 5º, §2º.

<p>Artigo 15. Antes da instalação da Assembleia Geral, os acionistas deverão assinar o “Livro de Presença de Acionistas”, informando seus dados e a quantidade de ações de que forem titulares.</p> <p>Parágrafo Primeiro. A lista dos acionistas presentes deverá ser encerrada pelo Presidente da Mesa, logo após a instalação da Assembleia Geral.</p> <p>Parágrafo Segundo. Os acionistas que comparecerem à Assembleia Geral após o encerramento da lista de acionistas presentes poderão acompanhar a Assembleia Geral, mas não terão direito de votar em qualquer deliberação social.</p>	<p>Alteração de modo a prever a participação de acionistas retardatários nas assembleias gerais.</p>
<p>Artigo 16. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei exigir <i>quorum</i> mais elevado e observadas as disposições deste Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.</p> <p>Parágrafo Único. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na ausência dos dois, por aquele que a Assembleia Geral indicar. O Presidente da Assembleia Geral poderá indicar até 2 (dois) secretários.</p>	
<p>Artigo 17. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco ou abstenções, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. ou neste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral poderá deliberar apenas a respeito das matérias que tiverem constado da ordem do dia descrita no respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.</p>	

<p>Parágrafo Segundo. As atas das Assembleias deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais, na forma de sumário dos fatos ocorridos, e publicadas com omissão das assinaturas.</p> <p>OBSERVAÇÃO: Sugerimos que a Companhia avalie a pertinência deste parágrafo. Nos termos do art. 130, §2º, compete à Assembleia Geral a autorização para eventual publicação da ata com omissão das assinaturas. Mediante a inclusão deste parágrafo, para adoção de posicionamento contrário, será necessária a reforma do estatuto (a ser aprovada em assembleia para a qual é exigido quorum de instalação de 2/3 do capital votante).</p>	
<p>Artigo 18. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das S.A., por sua regulamentação ou por este Estatuto Social. A suspensão poderá ser deliberada pela Assembleia Geral em qualquer reunião, ordinária ou extraordinária, em que a matéria tiver constado da ordem do dia descrita no edital de convocação.</p> <p>Parágrafo Primeiro. Os acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do total de ações de emissão da Companhia, poderão convocar a Assembleia Geral mencionada no <i>caput</i> deste artigo 18 quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de 8 (oito) dias, ao pedido de convocação apresentado por esses acionistas. O pedido de convocação da Assembleia Geral para a suspensão de direitos de acionista deverá indicar a obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente.</p> <p>Parágrafo Segundo. Caberá à Assembleia Geral que aprovar a suspensão dos direitos políticos do acionista estabelecer, além de outros aspectos, o alcance da suspensão, sendo vedada a suspensão dos direitos de fiscalização e de pedido de informações assegurados em lei.</p> <p>Parágrafo Terceiro. A suspensão de direitos cessará logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à referida suspensão.</p>	

<p>Artigo 19. É vedado a qualquer acionista intervir em qualquer deliberação em que tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. Considerar-se-á abusivo, para fins do disposto no artigo 115 da Lei das S.A., o voto proferido por acionista em deliberação em que o tal acionista tenha ou represente interesse conflitante com o da Companhia.</p>	
<p>Artigo 20. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, sendo que a sua composição e funcionamento serão regulados por este Estatuto Social e pela Lei das S.A., pela legislação complementar e pela regulamentação aplicável.</p>	
<p>Artigo 21. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.</p> <p>Parágrafo Primeiro. Os Administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.</p> <p>Parágrafo Segundo. Os Administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do respectivo termo de adesão.</p>	
<p>Artigo 22. Na eleição dos membros do Conselho de Administração é facultado aos acionistas requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos do artigo 141 da Lei das S.A., da Instrução CVM n.º 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, e das demais normas legais e regulamentares aplicáveis.</p> <p>Parágrafo Primeiro. Após o recebimento de pedido neste sentido, a Companhia deverá divulgar que a eleição dos membros do Conselho de Administração se dará pelo</p>	

<p>processo do voto múltiplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) imediatamente, por meio eletrônico, para a CVM e para a BM&FBOVESPA; e (b) em até 2 (dois) dias do recebimento do pedido, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, mediante publicação de aviso aos acionistas. <p>Parágrafo Segundo. Regularmente instalada a Assembleia Geral em que se dará a eleição de membros do Conselho de Administração pelo processo do voto múltiplo, o Presidente da Mesa promoverá, com base no Livro de Presenças de Acionistas e no número de ações de titularidade dos acionistas presentes, o cálculo do número de votos que caberá a cada acionista. Cada acionista terá o direito de cumular os votos que lhe tiverem sido atribuídos em um único candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.</p> <p>Parágrafo Terceiro. Os cargos que, em virtude de empate, não tiverem sido preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.</p> <p>Parágrafo Quarto. Sempre que a eleição tiver sido realizada com a utilização do voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará destituição dos demais membros, procedendo-se a nova eleição. Nos demais casos em que ocorrer vacância de cargo do Conselho de Administração, a primeira Assembleia Geral procederá à eleição de todos os membros do Conselho de Administração.</p>	
<p>Artigo 23. Ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.</p>	

Parágrafo Primeiro. As reuniões dos órgãos de administração deverão ser previamente convocadas nos termos deste Estatuto Social. Independentemente de convocação, será considerada validamente instalada a reunião a que comparecerem todos os membros do respectivo órgão da administração.

Parágrafo Segundo. As reuniões dos órgãos da administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com as demais pessoas presentes à reunião. Os Administradores ausentes poderão, por escrito, também delegar seu voto a outros Administradores do mesmo órgão.

Parágrafo Terceiro. Os Administradores que participarem de reunião na forma acima prevista deverão ser considerados presentes à reunião para todos os fins, sendo válida a assinatura da respectiva ata por fac-símile ou outro meio eletrônico, devendo uma cópia ser arquivada na sede da Companhia juntamente com o original assinado da ata.

<p>Artigo 24. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição.</p> <p>Parágrafo Primeiro. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§4º e 5º e artigo 239 da Lei das S.A..</p> <p>Parágrafo Segundo. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>Parágrafo Terceiro. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.</p> <p>Parágrafo Quarto. O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (a) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.</p>	<p>Alteração em razão da previsão do artigo 239 da Lei das S.A. ser aplicável apenas a sociedades de economia mista.</p>
<p>Artigo 25. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.</p> <p>Parágrafo Primeiro. O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do</p>	

<p>órgão e as Assembleias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro conselheiro, Diretor ou acionista para presidir os trabalhos.</p> <p>Parágrafo Segundo. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído a seu Presidente, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação.</p> <p>Parágrafo Terceiro. O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.</p>	
<p>Artigo 26. Ressalvada a hipótese em que os membros do Conselho de Administração tiverem sido eleitos por meio do voto múltiplo e observado o previsto no Parágrafo Segundo deste artigo, ocorrendo vacância no cargo de membro do Conselho de Administração, os demais membros do Conselho de Administração poderão nomear substituto provisório, que servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente, quando deverá ser eleito novo membro para completar o mandato do substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do evento, Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos substituídos.</p> <p>Parágrafo Primeiro. Considera-se vago o cargo do conselheiro que não comparecer injustificadamente a 3 (três) reuniões consecutivas do Conselho de Administração.</p> <p>Parágrafo Segundo. Em caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, o Vice-Presidente ocupará o cargo vago até a eleição de novo Presidente.</p>	

<p>Artigo 27. No caso de ausência ou impedimento temporário, o conselheiro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro conselheiro indicado por escrito, o qual, além do seu próprio voto, expressará o voto do conselheiro ausente ou temporariamente impedido.</p> <p>Parágrafo Único. Caso o conselheiro a ser representado seja Conselheiro Independente, o conselheiro que o representar também deverá se enquadrar na condição de Conselheiro Independente.</p>	
<p>Artigo 28. Compete ao Conselho de Administração, além de outras competências que lhe sejam atribuídas por lei ou por este Estatuto Social:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual e a determinação das metas e estratégias de negócios para o período subsequente; (b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as competências, observado o quanto disposto neste Estatuto Social; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações acerca de contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou acerca de quaisquer outros atos envolvendo a Companhia; (d) fixar a remuneração individual dos Administradores, observado o montante global aprovado pela Assembleia Geral e a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração da Companhia; 	<p>Inclusões da competência do Conselho de Administração para deliberar sobre as matérias especificadas nas alíneas do Artigo 28, em razão da aprovação de reorganização societária interna da Companhia, conforme deliberação tomada em reunião do conselho de administração realizada em 31 de maio de 2012.</p>

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> (e) aprovar os regimentos internos dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração e respectivas alterações; (f) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social e deliberar acerca da sua submissão à Assembleia Geral; (g) apresentar à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (h) submeter à Assembleia Geral proposta de reforma deste Estatuto Social; (i) manifestar-se previamente acerca de qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; (j) deliberar acerca da convocação da Assembleia Geral Ordinária, observado o quanto disposto no artigo 132 da Lei das S.A., e da Assembleia Geral Extraordinária, quando julgar conveniente; (k) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável; (l) aprovar seu próprio orçamento de despesas, que deverá ser incluído no orçamento anual da Companhia a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral; (m) autorizar previamente a celebração de contratos de qualquer natureza, inclusive transações e renúncias a direitos, que resultem em assunção de responsabilidade <u>para a Companhia e suas subsidiárias</u> em valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstos no orçamento anual; | |
|---|--|

- (n) aprovar previamente qualquer empréstimo, financiamento, emissão ou cancelamento de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real da Companhia e suas subsidiárias;
- (o) deliberar a respeito da assunção, garantia, endosso ou responsabilização (diretamente, sob condição ou por outro modo) de quaisquer obrigações de terceiros que envolvam a Companhia ou suas subsidiárias que, isoladamente ou em conjunto, no período de 1 (um) ano, superem o montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (p) autorizar previamente a aquisição, alienação ou constituição de ônus reais ou gravames de qualquer natureza sobre bens do ativo permanente da Companhia ou suas subsidiárias em operações que envolvam montante igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), devendo ser consideradas as operações concluídas individual ou conjuntamente no período de 1 (um) ano, e que não estejam previstas no orçamento anual;
- (q) deliberar acerca da emissão de ações ou bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, e de debêntures simples não conversíveis em ações, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão;
- (r) estabelecer a competência da Diretoria para a emissão pela Companhia e suas subsidiárias de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, tais como *bonds*, *notes*, *commercial papers* ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, acerca de suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que assim deliberar, exigir a prévia

<p>autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;</p> <p>(s) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a Administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, bem como a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;</p> <p>(t) estabelecer o valor da participação nos lucros dos Administradores e empregados da Companhia, observada a recomendação não vinculante do Comitê de Remuneração;</p> <p>(u) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários acerca de qualquer matéria de sua alçada;</p> <p>(v) autorizar a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;</p> <p>(w) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado, nos termos do Capítulo X, Seção I e Seção II deste Estatuto Social.</p> <p>(x) exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral nos termos da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;</p> <p>(y) aprovar aumento do capital social mediante a</p>	
--	--

<p>capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações;</p> <p>(z) observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, dispor sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;</p> <p>(aa) autorizar o levantamento de balanços semestral ou com periodicidade inferior para fins de pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 204 da Lei das S.A. e deste Estatuto Social;</p> <p>(bb) deliberar sobre programas de recompra de ações dentro do capital autorizado;</p> <p>(cc) <u>deliberar pela contratação, pela Companhia ou suas subsidiárias, contratar</u> de novos Administradores e empregados ou celebrar contratos de prestação de serviços com administrador ou empregado, em cada caso com um salário-base anual (não incluídos honorários, gratificações e outra remuneração ou benefícios indiretos) em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);</p> <p>(dd) celebrar qualquer contrato entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e qualquer de seus acionistas, Administradores, partes relacionadas e qualquer de suas respectivas afiliadas, em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;</p> <p>(ee) deliberar sobre qualquer compra, aquisição, venda, locação, licença ou alienação por outra forma, de quaisquer ativos relevantes ou bens imóveis, inclusive no que concerne ativos intangíveis da Companhia e/ou suas subsidiárias, de valor superior a</p>	
--	--

<p>R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano;</p> <p>(ff) deliberar sobre o cancelamento ou quitação de qualquer gravame ou o pagamento ou quitação de qualquer obrigação ou responsabilidade relevante (fixa ou contingente) que não seja usual aos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias ou que, estando inserida no curso normal dos negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), isolada ou conjuntamente, no período de 1 (um) ano; e</p> <p>(gg) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.</p>	
<p>Artigo 29. Os membros do Conselho de Administração que também sejam Diretores deverão abster-se de votar nas matérias previstas nas alíneas “c”, “d”, “s” e “t” do artigo 28.</p>	

<p>Artigo 30. O Conselho de Administração reunir-se-á:</p> <p>(a) pelo menos trimestralmente em caráter ordinário, conforme calendário a ser divulgado sempre no primeiro mês de cada exercício social pelo seu Presidente; e</p> <p>(b) extraordinariamente, sempre que necessário.</p>	
<p>Artigo 31. A convocação para as reuniões deverá ser feita pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente, ou, na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, por 2 (dois) dos membros do Conselho de Administração. A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á sempre por escrito, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail, ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, e deverá indicar o local, data e hora da reunião, bem como a ordem do dia.</p> <p>Parágrafo Primeiro. As convocações deverão ser entregues com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, no caso de reuniões ordinárias, e com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência, no caso de reuniões extraordinárias.</p> <p>Parágrafo Segundo. As deliberações em reuniões do Conselho de Administração deverão limitar-se às matérias previstas na convocação, podendo, no entanto, ser autorizada a deliberação de matérias que não tenham sido incluídas na convocação na hipótese de a reunião ter se instalado com a presença de todos os membros do Conselho de Administração.</p>	
<p>Artigo 32. O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração, em primeira convocação, será da maioria dos seus membros. Em segunda convocação, que deverá ser objeto de nova comunicação aos conselheiros na forma do artigo 31, a reunião se instalará com qualquer número de conselheiros.</p> <p>Parágrafo Único. Independentemente das</p>	

<p>formalidades de convocação, será considerada regularmente instalada a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.</p>	
<p>Artigo 33. Salvo exceções expressas neste Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes às reuniões.</p> <p>Parágrafo Primeiro. Nenhum membro do Conselho de Administração em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei, poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou de qualquer forma intervir nas reuniões desse órgão da administração.</p> <p>Parágrafo Segundo. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro e assinadas pelos conselheiros presentes.</p>	
<p>Artigo 34. O Comitê de Auditoria e <i>Compliance</i> exercerá funções consultivas, em conformidade com o seu regimento interno, com o escopo de assessorar o Conselho de Administração nas atividades de avaliação e controle das auditorias independente e interna, bem como revisar as demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente às disposições deste Estatuto Social e do regimento interno do Comitê de Auditoria e <i>Compliance</i>, o comitê observará todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na Instrução CVM n.º 509, de 16 de novembro de 2011 (“IN CVM 509”), qualificando-se como um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos ali previstos.</p>	
<p>Artigo 35. O Comitê de Remuneração e Participação exercerá as funções abaixo em conformidade com seu regimento interno, sendo que suas recomendações têm caráter não vinculante:</p> <p>(a) auxiliar o Conselho de Administração a</p>	

<p>estabelecer os planos, políticas e programas de remuneração destinados aos Administradores e empregados da Companhia; e</p> <p>(b) aprovar a remuneração e a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia para Administradores e empregados da Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral.</p>	
<p>Artigo 36. O Conselho de Administração elegerá, no mínimo, 2 (dois) membros para a composição do Comitês de Remuneração e Participação, sendo que 1 (um) dos seus membros deverá ser Conselheiro Independente.</p> <p>Parágrafo Primeiro. O funcionamento do Comitê de Remuneração e Participação será disciplinado pelo Conselho de Administração, observados seu regimento interno e o disposto neste Estatuto Social.</p> <p>Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá criar comitês adicionais para o seu assessoramento, com objetivos restritos e específicos e com prazo de duração, designando os seus respectivos membros.</p>	

<p>Artigo 37. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores. Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.</p> <p>Parágrafo Único. Em caso de vacância de qualquer dos cargos da Diretoria, o substituto provisório será nomeado pelo Diretor Presidente, ou caso a vacância seja do cargo de Diretor Presidente o substituto provisório deverá ser nomeado pelos demais Diretores, o qual assumirá o cargo até a realização da próxima reunião do Conselho de Administração, a qual deverá ser convocada imediatamente pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, pelas pessoas designadas no artigo 31 deste Estatuto Social, para que seja designado o respectivo substituto que ficará no cargo pelo restante do prazo do mandato do substituído.</p>	
<p>Artigo 38. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos de gestão dos negócios sociais e dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.</p> <p>Parágrafo Único. Observados os valores de alçada previstos no artigo 28 deste Estatuto Social, compete à Diretoria administrar e gerir os negócios da Companhia, devendo, em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, 	

<p>financeira, administrativa e de recursos humanos;</p> <p>(c) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia;</p> <p>(d) contratar ou desligar funcionários investidos de funções gerenciais;</p> <p>(e) abrir e movimentar contas bancárias;</p> <p>(f) realizar operações financeiras, assinar contratos e distratos, constituir ônus reais e prestar de avais, fianças e garantias, observadas as regras previstas neste Estatuto Social e na Lei das S.A.;</p> <p>(g) emitir, endossar, aceitar, descontar e empenhar duplicatas, faturas, letras de câmbio, cheques, notas promissórias, <i>warrants</i> ou qualquer outro título de crédito;</p> <p>(h) elaborar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;</p> <p>(i) propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual, o plano de negócios e o orçamento de capital da Companhia;</p> <p>(j) exercer as funções inerentes a outras competências que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração; e</p> <p>(k) decidir acerca de qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.</p>	
---	--

<p>Artigo 39. Além de outras competências que lhe tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração, compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, orientar e coordenar a atuação da Diretoria e dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia.</p>	
<p>Artigo 40. Além de outras competências que lhe tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração, compete ao Diretor de Relações com os Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.</p>	
<p>Artigo 41. A Diretoria se reúne validamente com a presença da maioria absoluta dos Diretores e delibera pelo voto da maioria dos presentes.</p> <p>Parágrafo Primeiro. As convocações para as reuniões da Diretoria deverão ser feitas mediante comunicado escrito entregue aos Diretores com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, devendo constar desse comunicado a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.</p> <p>Parágrafo Segundo. Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro e assinadas pelos Diretores presentes.</p>	
<p>Artigo 42. Ressalvados os casos previstos nos parágrafos deste artigo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura:</p> <p>(a) de 2 (dois) Diretores;</p> <p>(b) de qualquer Diretor em conjunto com um</p>	

procurador com poderes específicos; ou

- (c) de 2 (dois) procuradores com poderes específicos.

Parágrafo Primeiro. Os atos para os quais este Estatuto Social exige autorização prévia do Conselho de Administração somente serão válidos caso preenchido esse requisito.

Parágrafo Segundo. A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos:

- (a) representação da Companhia em atos de rotina realizados fora da sede social;
- (b) representação da Companhia em Assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe;
- (c) representação da Companhia em juízo, exceto para a prática de atos que importem renúncia a direitos; e
- (d) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante repartições públicas, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

Parágrafo Terceiro. O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de atos específicos que vinculem a Companhia pela assinatura de apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador regularmente constituído, ou, ainda, estabelecer competência e alçada para a prática de atos por um único representante.

<p>Artigo 43. Todas as procurações deverão ser outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações <i>ad judicium</i>, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular. Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a Companhia em juízo.</p>	
<p>Artigo 44. É vedado aos Diretores:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) obrigar a Companhia em negócios estranhos ao objeto social e ao interesse da Companhia; (b) obrigar a Companhia em financiamentos, fianças, avais ou garantias de favor ou não relacionadas com os negócios da Companhia; e (c) receber de terceiros qualquer vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo. 	
<p>Artigo 45. A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente, com competências, responsabilidades e deveres definidos em lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionistas nas hipóteses previstas na Lei das S.A.</p> <p>Parágrafo Primeiro. A eleição dos membros do Conselho Fiscal observará o disposto no Parágrafo 4º do artigo 161 da Lei das S.A.</p> <p>Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos</p>	

<p>terminarão sempre na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição.</p> <p>Parágrafo Terceiro. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.</p> <p>Parágrafo Quarto. Os membros do Conselho Fiscal elegerão seu Presidente na primeira reunião do Conselho Fiscal a ser realizada após a instalação do Conselho Fiscal.</p> <p>Parágrafo Quinto. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada imediatamente para proceder à eleição de substituto que ficará no cargo pelo restante do prazo do mandato do substituído.</p>	
<p>Artigo 46. O Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará as demonstrações financeiras da Companhia ao menos trimestralmente.</p> <p>Parágrafo Primeiro. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.</p> <p>Parágrafo Segundo. O Conselho Fiscal se instala com a presença da maioria dos seus membros e se manifesta por maioria dos membros presentes.</p> <p>Parágrafo Terceiro. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro e assinadas pelos conselheiros</p>	

presentes.	
Artigo 47. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o quanto disposto no parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das S.A.	
Artigo 48. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro. Parágrafo Único. Ao término de cada exercício social, a Diretoria deverá elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei e na regulamentação aplicável.	
Artigo 49. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício. Parágrafo Primeiro. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. Parágrafo Segundo. Após as deduções previstas no Parágrafo Primeiro deste artigo 49, destinar-se-á: (a) 5% (cinco por cento) a serem destinados para a reserva legal, até que tal reserva atinja valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o montante contabilizado na reserva legal acrescido do montante contabilizado na reserva de capital representar valor que exceda 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação previstas nesta alínea; (b) do saldo remanescente, uma parcela, por	

proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à constituição de reserva de contingências e eventual reversão dessa reserva, nos termos da legislação em vigor;

- (c) pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório, nos termos do Parágrafo Terceiro deste artigo 49. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia poderá, por proposta da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar;
- (d) até 10% (dez por cento) do saldo remanescente após o pagamento dos dividendos previstos no item (c) acima, poderão ser destinados para Reserva de Investimento com finalidade de resgate, recompra ou aquisição de ações de emissão da Companhia, ou ao desenvolvimento das atividades da Companhia, sem prejuízo do disposto no artigo 196 da Lei das S.A.; e
- (e) o eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos.

Parágrafo Terceiro. Em cada exercício social, os

<p>acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das S.A.</p> <p>Parágrafo Quarto. A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá, a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de Reserva de Investimentos ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações.</p> <p>Parágrafo Quinto. O dividendo previsto no Parágrafo Quarto deste artigo 49 não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser o pagamento desse dividendo incompatível com a situação financeira da Companhia. Essa situação deverá ser comunicada à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização da Assembleia Geral Ordinária, devidamente acompanhada da justificativa apresentada pelo Conselho de Administração e de parecer do Conselho Fiscal a respeito.</p>	
<p>Artigo 50. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral Ordinária, poderá a Companhia pagar ou creditar juros sobre o capital próprio aos acionistas, na periodicidade que decidir, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.</p>	

<p>Parágrafo Primeiro. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social, os acionistas serão compensados com os dividendos a que tem direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.</p> <p>Parágrafo Segundo. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.</p>	
<p>Artigo 51. A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio à conta dos lucros apurados no balanço semestral; (b) o pagamento de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º, do artigo 182 da Lei das S.A.; e (c) o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. 	

<p>Artigo 52. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.</p>	
<p>Artigo 53. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.</p>	
<p>Artigo 54. A Alienação do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar aos outros acionistas da Companhia tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.</p> <p>Parágrafo Primeiro. A oferta pública de que trata este artigo será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.</p>	
<p>Artigo 55. Para os fins da oferta pública prevista no artigo 54 deste Estatuto Social, o Acionista Controlador Alienante e o comprador deverão entregar imediatamente à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e as demais condições</p>	

<p>da operação de Alienação do Controle da Companhia.</p>	
<p>Artigo 56. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no artigo 54 deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderem ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.</p>	
<p>Artigo 57. O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o comprador ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.</p> <p>Parágrafo Primeiro. Nenhum acordo de acionistas que disponha acerca do exercício do Poder de Controle poderá ser registrado enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência referido no <i>caput</i> deste artigo.</p> <p>Parágrafo Segundo. Após qualquer operação de Alienação de Controle da Companhia, o Adquirente, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor, dentro de 6 (seis) meses subsequentes à Alienação de Controle, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no</p>	

Regulamento do Novo Mercado.	
<p>Artigo 58. Caso seja deliberado o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o Acionista Controlador ou a Companhia, conforme o caso, deverá realizar oferta pública de aquisição de ações, sendo que o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p> <p>Parágrafo Primeiro. O laudo de avaliação referido no <i>caput</i> deste artigo deverá ser elaborado, observados os requisitos descritos no Parágrafo Primeiro do artigo 8º da Lei das S.A., por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus Administradores e/ou Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do §1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no §6º do mesmo artigo.</p> <p>Parágrafo Segundo. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação, presentes naquela Assembleia Geral, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.</p> <p>Parágrafo Terceiro. Os custos de elaboração dos</p>	

<p>laudos de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.</p>	
<p>Artigo 59. Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos §§1º, 2º e 3º do Artigo anterior, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p>	
<p>Artigo 60. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.</p> <p>Parágrafo Primeiro. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.</p> <p>Parágrafo Segundo. Na ausência de definição dos</p>	

<p>responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.</p>	
<p>Artigo 61. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 58 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.</p> <p>Parágrafo Primeiro. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no <i>caput</i> deste Artigo.</p> <p>Parágrafo Segundo. Na hipótese de não haver um Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no <i>caput</i> decorrer de deliberação de Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no <i>caput</i>.</p> <p>Parágrafo Terceiro. Na hipótese de não haver um Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no <i>caput</i> ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes no Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.</p> <p>Parágrafo Quarto. Caso a Assembleia Geral</p>	

<p>mencionada no §3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.</p>	
<p>Artigo 62. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo X deste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das S.A. ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública; (b) não haja prejuízo para os destinatários da oferta; e (c) seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. 	
<p>Artigo 63. O A Companhia ou os acionistas responsáveis <u>responsável</u> pela realização de oferta pública de aquisição prevista neste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das S.A. ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista e, de terceiro e, conforme o caso, da própria Companhia. AO responsável pela realização da oferta Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública até que esta seja concluída com observância das regras aplicáveis.</p>	<p>Adaptação para conferir maior clareza ao artigo em questão.</p>

<p>Artigo 64. Para fins deste Estatuto, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:</p> <p>“<u>Acionista Controlador</u>” significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.</p> <p>“<u>Acionista Controlador Alienante</u>” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.</p> <p>“<u>Ações de Controle</u>” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.</p> <p>“<u>Ações em Circulação</u>” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia, aquelas em tesouraria e preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante.</p> <p>“<u>Administradores</u>” significa, quando no singular, os diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia referidos individualmente ou, quando no plural, os diretores e membros do conselho de administração da Companhia referidos conjuntamente.</p> <p>“<u>Adquirente</u>” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienantes transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.</p> <p>“<u>Alienação de Controle da Companhia</u>” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.</p> <p>“<u>Conselheiro Independente</u>” caracteriza-se por (a)</p>	<p>Adaptação às definições constantes do Regulamento do Novo Mercado.</p>
--	---

não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (b) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (c) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (d) não ser fornecedor, comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (e) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (f) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (g) não receber outra remuneração da Companhia, além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

“Controlada” significa a sociedade da qual a Companhia detém o Poder de Controle.

“Controladora” significa a sociedade que exerce o Poder de Controle da Companhia.

“Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

“Poder de Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

<p>Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.</p> <p>“<u>Valor Econômico</u>” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.</p>	
<p>Artigo 65. A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e a remuneração.</p>	
<p>Artigo 66. A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das S.A., nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara.</p> <p>Parágrafo Único. Sem prejuízo da validade desta</p>	<p>Adaptação ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, o qual entrou em vigor em 26/10/2011.</p>

<p>cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida desta natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído. Para os fins deste parágrafo único, eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro possa ser.</p>	
<p>Artigo 67. Não será arquivado pela Companhia acordo de acionistas que discipline o exercício do direito de voto em conflito com as disposições deste Estatuto Social.</p>	
<p>Artigo 68. A Companhia enviará, por correio eletrônico, todos os avisos, editais, demonstrações financeiras e informações periódicas publicados ou enviados à Comissão de Valores Mobiliários, a todos os acionistas que formularem por escrito tal solicitação, com indicação de prazo de validade, não superior a 2 (dois) anos, e indicarem o seu endereço eletrônico; essa comunicação não suprirá as publicações legalmente exigidas e será feita mediante a exoneração expressa pelo acionista de qualquer responsabilidade da Companhia por erros ou omissões no envio.</p>	
<p>Artigo 69. Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A. <u>e com o Regulamento do Novo Mercado.</u></p>	<p>Adaptação ao disposto no item 3.1 do Regulamento do Novo Mercado.</p>
<p>Artigo 70. O disposto no artigo 24, parágrafo terceiro deste Estatuto Social, somente terá validade a partir da Assembleia Geral que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Até tal data, será permitida a acumulação por uma mesma pessoa do cargo de Presidente do</p>	

Conselho de Administração e Diretor Presidente ou executivo principal da Companhia.	
---	--

ANEXO II
CÓPIA MARCADA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS AO PLANO DE OPÇÕES DE
COMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA

TARPON INVESTIMENTOS S.A.

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Este Plano de Opção de Compra de Ações da Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia”), aprovado originalmente pela Assembléia Geral Extraordinária da Companhia e posteriormente alterado (“Plano”), estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia (“Opções”) a administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, bem como pessoas físicas que lhes prestem serviços, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

1. Objetivos do Plano

1.1. O Plano tem por objetivo permitir que os Participantes (conforme definidos no item 3 deste Plano) adquiram ações ordinárias da Companhia (“Ações”), visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos Participantes. Este Plano poderá gerar benefícios aos Participantes, que poderão receber parte do valor que vier a ser gerado pela Companhia e suas subsidiárias (“Subsidiárias”), e aos acionistas da Companhia, que contarão com Participantes incentivados a, cada vez mais, prestarem os serviços de forma a maximizar os resultados da Companhia.

2. Administração do Plano

2.1. Este Plano será administrado pelo Conselho de Administração, que contará com a assessoria do Comitê de Remuneração (“Comitê”). As deliberações do Comitê não vinculam a Companhia, exceto se, e quando, homologadas pelo Conselho de Administração.

2.2. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração e o Comitê estarão sujeitos aos limites estabelecidos neste Plano, no Estatuto Social da Companhia e nas diretrizes fixadas pela Assembléia Geral, bem como deverão observar as normais legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

2.3. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, devendo a Assembléia Geral ser consultada se assim determinar o Estatuto Social da Companhia ou a Lei das S.A., ou sempre que o Conselho de Administração julgar necessário, a seu exclusivo critério.

2.4. O Conselho de Administração terá amplos poderes para implementar e conduzir o Plano,

bem como para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração, incluindo-se, dentre outras medidas:

- (a) criar e aplicar normas gerais relativas à outorga e ao exercício de Opções nos termos deste Plano;
- (b) solucionar dúvidas de interpretação do Plano;
- (c) decidir, ao seu exclusivo critério, sobre a elegibilidade dos Participantes e sobre condições para a outorga de Opções;
- (d) eleger os Participantes e autorizar a outorga de Opções, estabelecendo todas as condições da outorga e do exercício das Opções, bem como modificar tais condições quando necessário para adequar este Plano e as Opções aos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- (e) autorizar a emissão de novas Ações dentro do limite do capital autorizado em decorrência do exercício de Opções pelos Participantes;
- (f) autorizar a alienação das Ações mantidas em tesouraria aos Participantes em decorrência do exercício das Opções;
- (g) estabelecer as regras complementares a este Plano e rever suas condições.

2.5. As deliberações do Conselho de Administração têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano e com as Opções.

2.6. O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos presentes, observado o quorum mínimo de instalação das reuniões do Conselho de Administração previsto no Estatuto Social da Companhia, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade, no caso de empate.

3. Participantes

3.1. Participarão do Plano os profissionais selecionados ao exclusivo critério do Conselho de Administração dentre os Administradores, Executivos e Outros Participantes (“Participantes”).

3.2. Para os fins deste Plano:

- (a) “Administradores” significam os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia e Subsidiária; e

- (b) “Executivos” significam os empregados que exerçam função de gerência e demais empregados da Companhia e Subsidiárias (incluindo-se aqueles vinculados a investidas dos fundos geridos pela Companhia);
- (c) “Outros Participantes”: significam pessoas físicas prestadoras de serviços para a Companhia e Subsidiárias.

3.3. A inclusão de um Participante no Plano não garante, se empregado ou executivo, a sua permanência no cargo que lhe atribuiu a elegibilidade ao Plano ou em qualquer outro cargo da Companhia ou Subsidiária, tampouco a continuidade de prestação de serviços, até porque este Plano é desvinculado da relação de trabalho ou serviço, tampouco interferirá, de qualquer modo, no direito da Companhia e da ou Subsidiária de rescindir, a qualquer tempo, a relação jurídica mantida com o Participante. Adicionalmente, a inclusão de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria no Plano não garante a sua permanência no respectivo cargo até o término do seu mandato, tampouco interferirá, de qualquer modo, com o direito da Companhia e da ou Subsidiária, conforme o caso, destituí-lo(a) ou de não reelegê-lo(a) ao cargo.

3.4. O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a outros Participantes qualquer condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinados Participantes. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes nem os princípios básicos do Plano. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

4. Outorga de Opções

4.1. Sem prejuízo de outras atribuições, e observado o disposto no Plano e durante a sua vigência, o Conselho de Administração da Companhia determinará os Participantes em favor dos quais serão outorgadas Opções, bem como:

- (a) o número de Ações que poderá ser adquirido com o exercício de cada Opção;
- (b) o prazo de vigência das Opções e o prazo para o seu exercício;
- (c) o preço de exercício de cada Opção (“Preço de Exercício”);
- (d) as condições de pagamento do Preço de Exercício; e
- (e) quaisquer outras condições relativas à Opções.

4.2. A partir da entrada em vigor deste Plano nos termos da deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16 de fevereiro de 2009, o Conselho de Administração está autorizado a outorgar Opções nos termos deste Plano e de suas deliberações, observado o disposto no item 4.2.1.

4.2.1. Do total das Opções a serem outorgadas sob este Plano, (a) até 70% poderão ser outorgadas a partir da data de entrada em vigor do Plano, (b) até 7,5% adicionais poderão ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2009, (c) até 7,5% adicionais poderão ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2010, (d) até 7,5% adicionais poderão ser outorgadas a partir 1º de julho de 2011, e (e) até 7,5% adicionais poderão ser outorgadas a partir de 1º de julho de 2012.

4.2.2. As Opções não outorgadas em qualquer data de outorga acima prevista poderão ser outorgadas nas datas de outorga subsequentes.

4.3. A outorga de Opções é realizada mediante a celebração entre a Companhia e cada um dos Participantes de Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações (cada, um “Contrato de Opção”), que deverá especificar, dentre outras condições determinadas pelo Conselho de Administração:

- (a) a quantidade de Opções outorgada e a quantidade de Ações objeto da Opção outorgada;
- (b) as condições para aquisição do direito ao exercício da Opção;
- (c) o prazo para exercício da Opção; e
- (d) o Preço de Exercício e condições de pagamento.

4.4. O Conselho de Administração poderá impor termos e/ou condições suspensivas ou resolutivas para o exercício da Opção.

4.5. Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Participante, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes.

4.6. As Opções outorgadas nos termos do Plano e o seu exercício pelos Participantes não têm qualquer relação, tampouco estão vinculados, à relação jurídica existente entre as partes, assim como à retribuição (fixa, variável ou eventual participação nos lucros, conforme aplicável à correspondente relação jurídica de cada Participante) dos Participantes.

4.7. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de

Opção, as Opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o seu exercício integral; ou
- (b) após o decurso do prazo de vigência da Opção ou do respectivo período de exercício da Opção; ou
- (c) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada.

5. Ações Sujeitas ao Plano

5.1. As Opções poderão conferir direitos sobre volume de Ações que não exceda, a qualquer tempo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

5.2. Com o propósito de satisfazer o exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, ao critério do Conselho de Administração, (a) emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado da Companhia, ou (b) vender Ações mantidas em tesouraria.

5.3. As Opções outorgadas segundo o Plano conferirão aos seus titulares os direitos previstos na legislação aplicável e no Estatuto Social da Companhia, ressalvada qualquer disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

5.4. No caso de dividendos ou outra espécie de distribuição (em dinheiro, ações ou outro ativo), capitalização, desdobramento, grupamento, reorganização, fusão, cisão, incorporação, recompra ou permuta de ações, ou outra forma de reorganização societária, o Conselho de Administração da Companhia deverá realizar todas as alterações e/ou ajustes necessários para evitar a diluição ou o aumento dos direitos dos Participantes, devendo os efetivos de tais ajustes alcançar:

- (a) os direitos relativos a Opções já outorgadas e ainda não exercidas;
- (b) os direitos relativos a Opções já exercíveis mas ainda não exercidas; e
- (c) o Preço de Exercício, o qual, observado o disposto no item 6.1, será reduzido pelo montante de dividendos, juros sobre o capital próprio e outras distribuições que venham a ser realizadas pela Companhia, até o maior valor entre (i) R\$ 2,53 (dois

reais e cinquenta e três centavos) por ação; e (ii) 45% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva Opção.

5.4.1. Se, em decorrência do disposto nos itens 7.3 (b) e (c), a Companhia não seja sobrevivente ou deixe de ser titular da maioria de seus ativos, a operação será estruturada de forma que cada Participante passe a ser titular de opções de compra de ações de emissão da sociedade sobrevivente ou da sociedade titular de substancialmente todos os ativos da Companhia, sendo que tais opções deverão ter pelo menos o mesmo valor que, e estarão sujeitas a termos e condições de outorga e exercício ao menos tão benéficos aos Participantes quanto, as Opções de titularidade de cada Participante na data anterior à conclusão da operação.

6. Preço do Exercício das Opções

6.1. O Preço de Exercício das Opções outorgadas será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos e limites do item 5.4(c), desde a data de aprovação inicial do Plano até a data de outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva Opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subseqüentes, nos termos e limites do item 5.4 (c).

6.2. O Preço de Exercício da Opção deverá ser pago pelo Participante preferencialmente em dinheiro, podendo o Conselho de Administração, ao seu exclusivo critério, estabelecer nos respectivos Contratos de Opção outras formas, condições e prazos de pagamento.

6.3. Sem prejuízo do disposto acima, enquanto o Preço de Exercício não for pago integralmente, as Ações adquiridas em virtude do exercício da Opção não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para a quitação do débito do Participante junto à Companhia.

7. Exercício das Opções

7.1. As Opções outorgadas nos termos deste Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção e no Plano.

7.2. Exceto se disposto em contrário pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia, as Opções tornar-se-ão exercíveis (*vesting*) pelos Participantes conforme previsto a seguir (observado o disposto no item 8.5):

- (a) a primeira parcela das Opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a

50,2% (cinquenta vírgula dois por cento) do total de ações objeto do Plano, tornar-se-á exercível na proporção de 20% (vinte por cento) em 10 de março de 2009, 20% (vinte por cento) em 1º de julho de 2009 e 20% (vinte por cento) em cada um dos 3 (três) aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009;

- (b) a segunda parcela das Opções outorgadas em 10 de março de 2009, equivalente a 6,0% (seis por cento) do total de ações objeto do Plano, tornar-se-á exercível na proporção de 20% (vinte por cento) em 1º de julho de 2009 e 20% (vinte por cento) em cada um dos 4 (quatro) aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009;
- (c) as Opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% (vinte por cento) em cada dia 1º de julho dos 5 (cinco) exercícios sociais subsequentes à data de outorga;
- (d) as Opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2010 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% (vinte por cento) em cada dia 1º de julho dos 5 (cinco) exercícios sociais subsequentes à data de outorga;
- (e) as Opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2011 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% (vinte por cento) em cada dia 1º de julho dos 5 (cinco) exercícios sociais subsequentes à data de outorga; e
- (f) as Opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2012 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% (vinte por cento) em cada dia 1º de julho dos 5 (cinco) exercícios sociais subsequentes à data de outorga.

7.2.1. Sujeito ao disposto no item 7.3 e ao disposto no item 8, aplicável às hipóteses de Desligamento, as parcelas das Opções outorgadas que se tornarem exercíveis conforme o item 7.2 poderão ser exercidas exclusivamente no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados da data em que tal parcela tenha se tornado exercível.

7.3. Não obstante o disposto no item 7.2, a totalidade das Opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível nas hipóteses de:

- (a) as Ações Vinculadas ao Acordo, conforme definido no acordo de acionistas da Companhia (“Acordo”), passem a representar menos de 30% (trinta por cento) do total de ações emitidas pela Tarpon Investimentos S.A. (diretamente ou por meio de holding das Partes Designadas), e/ou (ii) as partes originais do Acordo, seus sucessores ou administradores ou empregados da Tarpon Investimentos S.A. (“Partes Designadas”) passem a deter o direito de voto (individualmente, ou em conjunto com outras Partes Designadas) sobre menos da maioria das Ações Vinculadas ao Acordo, e/ou (iii) independentemente dos limites de titularidade previstos nos itens (i) e (ii) acima, a Companhia passe a estar sujeita a um novo

“Acionista Controlador” (que não seja um Acionista Controlador existente), conforme tal termo é definido no Artigo 116 da Lei das S.A.;

- (b) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia (que não no âmbito de reorganização societária interna);
- (c) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia com terceiros.

7.4. O Participante que desejar exercer a sua Opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade das Ações que deseja adquirir, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

7.5. A Companhia informará ao Participante, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da comunicação referida acima, o Preço de Exercício a ser pago, com base na quantidade de Ações informada pelo Participante, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a alienação ou a emissão das Ações objeto da Opção exercida.

7.6. A parcela da Opção não exercida nos prazos e condições estipulados neste item 7 será considerada automaticamente extinta, sem que o Participante tenha qualquer direito a indenização em virtude dessa extinção. Caso o Participante não exerça a Opção em qualquer ano ou não a exerça na proporção autorizada no referido ano, tais Opções não exercidas serão adicionadas às Opções que se tornarão exercíveis no ano seguinte e poderão ser exercidas no futuro, observado o respectivo período de exercício.

7.7. O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos das normas legais ou regulamentares aplicáveis, restrinjam ou impeçam a negociação de Ações por parte dos Participantes.

7.7.1. Não obstante o disposto em qualquer disposição deste Plano ou dos Contratos de Opção, os períodos de exercício das Opções serão prorrogados até a data em que o beneficiário deixar de ser titular de informação relevante que o impeça de negociar com ações da Companhia nos termos da legislação em vigor, conforme manifestação escrita que lhe tenha sido enviada pelo Conselho de Administração.

7.8. Nos termos do que dispõe o artigo 171, parágrafo 3º da Lei das S.A., os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na aquisição ou subscrição de Ações de emissão da Companhia alienadas ou emitidas pela Companhia nos termos do Plano.

7.9. Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que a sua Opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano e do respectivo Contrato

de Opção. Nenhum Participante terá direito ao exercício das Opções, e, conseqüentemente, no recebimento de Ações de emissão da Companhia enquanto as exigências legais e regulamentares e aquelas previstas neste Plano e no Contrato de Outorga não tiverem sido integralmente cumpridas.

7.10. Não obstante o disposto em qualquer outra cláusula deste Plano, nenhum Participante poderá alienar as Ações adquiridas por meio do exercício das Opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva Opção.

8. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos

8.1. Para fins deste Plano, “Desligamento” significa qualquer ato ou fato, justificado ou não, que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia ou Subsidiária, conforme o caso, abrangendo, dentre outros, as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador e rescisão de contrato de trabalho ou de prestação de serviços, conforme aplicável à relação jurídica de cada Participante e a qualquer título.

8.1.1. O conceito de Desligamento descrito no item anterior não abrange as hipóteses de:

- (a) alteração da relação jurídica do Participante com a Companhia ou Subsidiária, conforme o caso, contanto que, após a referida alteração, o Participante ainda seja considerado Administrador ou Executivo, conforme definidos no item 3 deste Plano, cabendo ao Conselho de Administração, se julgado necessário, manifestar-se a respeito da manutenção, ou não, da qualidade do Participante após a referida alteração;
- (b) aposentadoria.

8.2. Exceto na hipótese de Desligamento por justa causa, (a) em caso de Desligamento do Participante ~~da Companhia~~, por iniciativa do Participante ou da Companhia ou da Subsidiária, conforme o caso, o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do Desligamento, e (b) observado item 7.7, o Participante poderá exercer as Opções que forem exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do Desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito, conforme o item 7.4.

8.3. Sujeito ao disposto no item 8.4, na hipótese de o Desligamento do Participante ter ocorrido por iniciativa da Companhia ou Subsidiária e tiver sido fundado em justa causa, o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, exercíveis ou não, na data do Desligamento.

8.4. A perda das Opções nos termos do item 8.3 aplicar-se-á tão somente quando o

Participante, notificado pelo menos 30 (trinta) dias antes do respectivo Desligamento por justa causa para sanar a ação ou omissão que tenha dado causa ao Desligamento, não a tenha sanado. O disposto neste item não se aplica em caso de Desligamento que decorra de ação ou omissão do Participante que possa resultar em responsabilização criminal do mesmo (tais como, dentre outros, furto ou roubo) ou que possa resultar em grave dano à Companhia, no exclusivo entendimento do Conselho de Administração (tal como, dentre outros, violação à Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia).

8.5. Nas hipóteses de Desligamento do Participante ~~da Companhia~~, as Opções outorgadas nos termos deste Plano voltarão a estar disponíveis para outorga a outros Participantes, nos termos deste Plano.

8.5.1. As Opções outorgadas e não exercidas que tornarem-se disponíveis para outorga em caso de Desligamento ~~da Companhia~~ poderão ser outorgadas novamente em qualquer data até 1º de julho de 2017, sendo que tais opções tornar-se-ão exercíveis (*vesting*) na proporção de 20% (vinte por cento) em cada um dos 5 (cinco) exercícios subsequentes à respectiva data de outorga.

9. Falecimento, Invalidez Permanente ou Aposentadoria do Participante

9.1. Não obstante o disposto neste Plano, no caso de falecimento ou invalidez permanente, o Participante:

- (a) perderá imediatamente as Opções outorgadas, mas que ainda não forem exercíveis na data do falecimento ou da verificação da invalidez permanente, voltando tais Opções a estar novamente disponíveis para outorga sob os termos e condições deste Plano; e
- (b) as Opções que já forem exercíveis na data do falecimento ou da invalidez permanente do Participante poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do Participante, por sucessão legal ou por disposição testamentária, ou pelo inventariante, no caso de morte do Participante, ou pelo próprio Participante, no caso de invalidez permanente, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da morte do Participante ou da regular constatação, nos termos da legislação aplicável, do seu estado de invalidez permanente.

9.2. No caso de aposentadoria do Participante, o Conselho de Administração decidirá caso a caso o tratamento que será dado às Opções já outorgadas, mas ainda não exercíveis. Já as Opções que forem exercíveis na data da aposentadoria do Participante poderão ser exercidas no prazo a ser determinado pelo Conselho de Administração.

10. Data de Vigência e Término do Plano

10.1 O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral da Companhia e expirará (i) pelo decurso do prazo que permita o exercício integral das Opções outorgadas no âmbito deste Plano; (ii) por decisão da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia; ou (iii) pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro.

10.2. A extinção do Plano por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia não afetará a eficácia das Opções então em vigor anteriormente outorgadas (salvo se diversamente acordado por escrito com o respectivo Participante), tampouco a eficácia e validade das restrições à negociação com as Opções, as Ações e/ou ao direito de preferência instituído neste Plano.

11. Disposições Gerais

11.1. Este Plano será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

11.2. A outorga de Opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão, dentre outras, sujeito ao disposto no item 7.3.

11.3. A obrigação da Companhia de alienar ou emitir Ações em decorrência do exercício das Opções outorgadas nos termos deste Plano está sujeita às normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como à obtenção de toda e qualquer autorização governamental que o Conselho de Administração da Companhia entenda necessária ou apropriada para a prática desses atos.

11.4. Nenhuma fração de ação será emitida em virtude do exercício de qualquer Opção, cabendo ao Conselho de Administração deliberar a respeito de situações em que o exercício de qualquer Opção resultar em direito à aquisição ou subscrição de fração de ação de emissão da Companhia.

11.5. Desde que preservados os direitos dos Participantes referentes às Opções já exercíveis nos termos dos respectivos Contratos de Opção, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, alterar ou extinguir o Plano, no seu todo ou em parte, observada eventual deliberação prévia a respeito tomada pela Assembléia Geral da Companhia, bem como observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

11.6. A Companhia é autorizada a reter todo e qualquer tributo devido em relação a qualquer operação ou transferência envolvendo uma Opção, bem como tomar outras medidas que o Conselho de Administração entender necessárias para o fiel cumprimento pela Companhia e pelos Participantes da legislação aplicável ao Plano e às Opções.

11.7. Cada Participante aderirá expressamente aos termos do Plano por meio da assinatura do Contrato de Opção, sem qualquer ressalva.

11.8. Este Plano, cada Contrato de Opção e a aquisição ou subscrição de Ações de emissão da Companhia em virtude do exercício das Opções deverão observar a Lei das S.A. e a regulamentação aplicável.

11.9. Cada Participante se comprometerá, por meio da assinatura do Contrato de Opção, a observar a regulamentação da CVM, particularmente a Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e a Política de Negociação das Ações de Emissão da Companhia.

11.10. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral ou ao encerramento do Plano.

11.11. Todas as controvérsias ou disputas a respeito da interpretação, validade, cumprimento, exequibilidade, inadimplemento ou rescisão deste Plano deverão ser dirimidos de acordo com o disposto nos Contratos de Opção.

* * * * *